

CULTURA E DINÂMICA TERRITORIAL: POSSIBILIDADES DE UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA INTEGRADA A PARTIR DE ALGUNS CONCEITOS-CHAVES

*Janio Roque Barros de Castro**

RESUMO — *A questão cultural pode ser abordada e analisada tanto sob a ótica material quanto a partir de elementos imateriais. No presente texto, objetiva-se discutir as possibilidades de uma análise geográfica integrada, a partir da questão cultural, considerada como articuladora e problematizadora, fazendo-se uso de conceitos da Geografia, como região e território, abordados a partir das especificidades do contexto regional do Recôncavo baiano e do dinamismo territorial da atualidade. Para atender os objetivos propostos, fez-se uso de um referencial teórico-conceitual e procurou-se trazer para o texto em tela, alguns resultados de observações realizadas em atividades de campo, notadamente em pequenas cidades. Acredita-se que a leitura e análise da dinâmica territorial, a partir da questão cultural, sob uma ótica integrada, seja de grande relevância para melhor compreensão da complexidade da dinâmica espacial local / regional na contemporaneidade.*

PALAVRAS-CHAVE: *Cultura. Território. Região cultural.*

INTRODUÇÃO

Durante muitos anos a Geografia foi considerada uma ciência descritiva e assentada em alguns dualismos, a exemplo da velha dicotomia geografia física X geografia humana. No contexto de cada esfera dessa bipolarização clássica, existiam outras “insularizações” que se refletiram em alguns livros didáticos, daí notar-se estilhaços estanques de geografia física, de geografia econômica, de geografia política em alguns manuais destinados

* Doutor em Arquitetura e Urbanismo e Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Professor Adjunto da Universidade do Estado da Bahia – UNEB/Campus V. Vice-líder do Grupo de Pesquisa Recôncavo: Território, Cultura, Memória e Meio Ambiente. E-Mail: janiocastro@bol.com.br.

a Geografia escolar. Este tipo de abordagem em nada contribui para compreensão da dinâmica espacial contemporânea, que, devido a sua complexidade, exige uma leitura integrada. No presente texto, propõe-se partir da questão cultural para se discorrer sobre as possibilidades de uma leitura geográfica integrada, fazendo incursões e diálogos com alguns conceitos clássicos da Geografia.

Vários desafios analíticos se apresentam nesse texto, e não serão esgotados. Pelo contrário, abrirão portas para outras discussões. Um deles é a busca da análise integrada da questão cultural material e imaterial, em um contexto no qual a herança cartesiana e dualista ainda é muito expressiva. Além disso, deve-se destacar as discussões geradas por inconsistências conceituais na abordagem de determinadas temáticas sobre a questão cultural. Eis o desafio analítico: a proposição de uma análise geográfica integrada, a partir da questão cultural, considerada como articuladora e problematizadora, fazendo-se uso de conceitos clássicos da ciência geográfica, como território e região, dimensionados, analiticamente a partir do dinamismo territorial.

REGIÃO CULTURAL OU TERRITÓRIO DE IDENTIDADE? COMO ABORDAR O RECÔNCAVO BAIANO NESSE CONTEXTO?

Segundo Rogério Haesbaert (2010) corre-se um risco sério atualmente ao se sobrevalorizar um conceito como de território, transformado-o num conceito que não só tem a pretensão de dar conta de toda a complexidade do espaço geográfico, como também acaba se tornando uma verdadeira panacéia em termos de políticas públicas, utilizado desde políticas mais setoriais relativas a Ministérios específicos até aqueles mais amplos que permitem trabalhar de forma integrada com todas as dimensões do espaço. A crítica de Haesbaert vai no sentido do uso indiscriminado e sem o devido rigor teórico dos conceitos de território e região que parecem serem banalizados de uma forma que qualquer abordagem pode ser considerada válida. Dessa forma, o território, que é um conceito clássico da Ciência

geográfica, passa a ser trabalhado de forma massiva e, muitas vezes, desconsiderando-se toda densidade e complexidade conceitual. Evidentemente que a questão territorial foi alargada ao sair da abordagem restritiva da dimensão política do estado-nação, notadamente nos dois últimos decênios, o problema é que muitas vezes confunde-se alargamento conceitual com banalização e “modismos”. Nesse texto, entende-se que para a abordagem integrada da questão geográfica e cultural, tanto o conceito de território quanto o de região são relevantes, todavia deve-se adotá-los a partir de critérios e não de forma banalizada.

Na esteira do alargamento das abordagens sobre território, a questão cultural também foi contemplada e, atualmente, notam-se vários trabalhos nos quais se discute as dimensões territoriais da cultura, tanto na sua expressividade material como imaterial. Haesbaert (2010) destaca que, atualmente, países como a Bolívia e o Equador, assimilam em suas próprias constituições termos como território, territorialidade e transterritorialidade, todavia, o autor ressalta que essas conquistas foram frutos de reivindicações de diferentes grupos culturais. No caso da Bolívia, onde a questão indígena é muito expressiva, tanto do ponto de vista da presença no conjunto demográfico como sob a ótica do ativismo cultural, elegeu-se um indígena para ser assumir o cargo de Presidente da República, o que inegavelmente se constitui em um avanço do ponto de vista político e sociocultural, na medida em que vários países latino americanos tiveram histórico de gestores e líderes políticos diretamente ligados a grupos elitistas nacionais, fortemente influenciados por grandes econômicos internacionais. As discussões sobre territorialidade indígena na Bolívia e em outros países latino americanos, como o Brasil e Peru, implicam, necessariamente em uma leitura integrada do ativismo cultural e da cidadania cultural sob a ótica política. Nesse caso, pode-se adotar tanto a expressão território da cultura popular (ou indígena) quanto território do ativismo e da ação política de grupos culturais. Ou então território das expressões socioculturais e identitárias, em uma perspectiva integradora.

O conceito de identidade e seus desdobramentos são muito questionados no mundo acadêmico na atualidade, notadamente

quando ressalta-se a importância da abordagem das “misturas”, hibridizações e circularidade cultural, por isso, acredita-se que a questão se agrava quando se usa identidade no singular e não se encontra elementos de cimentação / articulação direta entre esta e o conceito de território. O atual Plano Nacional de Cultura (BRASIL, 2007), por exemplo, trabalha com expressões identitárias.

Sob a ótica do planejamento territorial e da proposição de políticas públicas, observa-se, notadamente no último decênio, que o conceito de região vem sendo substituído pelo de território. Um exemplo disso é a mais recente regionalização adotada pelo governo do estado da Bahia que dividiu a referida unidade federativa em territórios de identidade. O território é um conceito que durante muitos anos foi estruturante no contexto da Geografia Política, enquanto que identidade é um conceito denso, polêmico, polissêmico, muito questionado no mundo acadêmico, historicamente ligado às Ciências Sociais. A proposição dessa junção de conceitos pode alimentar algumas discussões que não serão desdobradas no texto em curso.

Para abordagem da questão cultural, pode-se partir tanto de território, quanto do clássico conceito de região. O caminho do analista não será fácil nem partindo de um conceito nem de outro. Segundo Wagner e Mikesell (2000) apud Corrêa (2008) as regiões culturais corresponderiam a áreas habitadas em qualquer período por comunidades humanas caracterizadas por culturas específicas que se revelariam na paisagem cultural tanto em uma dimensão material quanto imaterial. Essa abordagem para a temática regional traz algumas questões que podem alimentar vários debates acadêmicos. Em primeiro lugar, a menção a comunidade, uma palavra mais abordada na perspectiva antropológica e sociológica do que geográfica. O segundo destaque pode ser feito em forma de provocação: até que ponto pode-se falar em especificidades culturais em um mundo interconectado por meios de comunicação e informação cada vez mais sofisticados tecnologicamente? A negação as peculiaridades culturais locais / regionais seria abraçar de forma passiva a concepção de “globalização cultural” e “homogeneização cultural”, que está ancorada em um discurso hegemônico perigoso e que não se

sustenta. A diversidade cultural local e regional se constitui em uma rica temática para a Geografia Cultural contemporânea. Mesmo diante dessa articulação midiática em escala global, as especificidades dos diferentes lugares fazem com que tenhamos muitos “mundos”, como recortes culturais, com suas peculiaridades nas formas de habitar, de cultivar a terra, de se relacionar com a natureza e com as dimensões religiosas, míticas e transmundanas. Para analisá-las, pode-se partir da questão regional como uma proposição de recorte analítico (e não meramente cartesiano) e territorial, sob ótica da ação, assim como fazer uma boa discussão sobre a paisagem cultural que pode apontar caminhos no sentido de uma leitura geográfica integrada.

A temática da região cultural foi pouco problematizada em âmbito acadêmico no Brasil. Roberto Lobato Corrêa (2008) traz uma proposição de classificação de regiões culturais com base em Norton (2000). Esse autor aponta três tipos de regiões culturais: as formais, as funcionais e as vernaculares. As duas primeiras estariam assentadas na Geografia econômica e na Geografia Urbana. Na concepção de Corrêa (2008), na região vernacular há diversos traços culturais que estão combinados e esta pode ser entendida como produto da percepção espacial dos habitantes da região e de fora dela, apresentando uma nítida identidade reconhecida pelo nome. Nesse caso, a idéia de região cultural vernacular está ancorada na percepção espacial dos sujeitos sociais, portanto, trata-se de uma questão de natureza horizontal, contrapondo-se ao verticalismo arbitrário das proposições de regionalização político-administrativas. E a questão identitária? Ao se falar em pertencimento local / regional, faz-se menção a elementos de natureza identitária, no entanto, em algumas regiões do Brasil, nota-se que muitas pessoas reivindicam mais um gentílico ancorado na unidade federada do que no recorte regional. As pessoas se definem como baianas, gaúchas, cearenses, mineiras. Deve-se destacar que em cada estado do território brasileiro há uma expressiva diversidade cultural.

Concordo com Haesbaert quando ele afirma que:

Um conceito nunca deve ser tratado isoladamente dentro da obra de um autor, pois um pesquisador consistente é aquele que constrói não apenas um conceito, mas toda uma teoria ou interrelação de conceitos dentro da qual, e apenas aí, eles devem ser compreendidos. Em alguns sistemas conceituais, como o dos que consideram a região no sentido mais concreto e “vivido”, a partir dos movimentos políticos regionalistas e da formação de identidades regionais, a região pode claramente ser vista também como um tipo (ou, se quisermos, uma escala) de território. Em outros casos pode ocorrer o inverso: o território enquanto unidade política-administrativa, pode ser um dos recortes regionais possíveis dentro do vasto elenco de críticas para a regionalização, entendida enquanto processo de diferenciação do espaço trabalhado pelo pesquisador (HAESBAERT, 2010, p 161-162).

Em outro trabalho, Rogério Haesbaert (2007) enfatiza que, hoje, em alguns casos, os amálgamas simbólicos são decisivos nas configurações regionais, tanto no sentido da identidade-território quanto no sentido inverso, quando se propõe recortes ou representações territoriais. O isolacionismo conceitual não dar conta da leitura alargada da realidade espacial da atualidade. Na mesma linha de pensamento de Haesbaert, Souza (2013), ao comparar metaforicamente a realidade com uma edificação, afirma que os conceitos são os “tijolos” e a teoria os “tijolos” com a “argamassa”, já assentados, formando um todo coerente. Dessa forma, uso do conceito de território ou de região podem e devem ser feitos de forma articulada, coerente, dialógica, integrada, lastreando-se a abordagem a partir de um esforço de teorização da realidade, que é complexa. Nesse contexto, a discussão sobre a questão cultural, tanto no plano material quanto imaterial, inegavelmente exige essa articulação conceitual e interescolar entre território, região, lugar e paisagem. No contexto de um recorte espacial definido no plano institucional, pode-se aflorar movimentos, ações, de natureza territorial, que

se contrapõem a natureza arbitrária de uma regionalização vertical. Esses movimentos podem ser de grupos culturais ativos e politizados, a exemplo daqueles regionalistas que acontecem no contexto do território instituído de um país. Tanto nas questões e ações lastreadas pelo discurso da territorialidade, quanto naquelas nas quais a retórica reivindicativa se afina mais com a perspectiva regionalista ou nacionalista, faz-se incursões nas questões identitárias. Nota-se que se escreve no plural e não no singular, uma vez que, ao discutir essa questão a partir de uma unicidade identitária, perde-se de vista a complexidade sociocultural em um plano transescalar e a dinamicidade, hibridização e circularidade cultural, cuja análise e reflexão são extremamente relevantes na atualidade.

Partindo-se de um recorte empírico para análise, questiona-se: a região do Recôncavo baiano, internacionalmente conhecida pela força das manifestações culturais afro-brasileiras, como o samba de roda e capoeira, inscritas como patrimônios imateriais pela UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, pode ser considerada como uma região cultural ou como território das manifestações culturais? Nas duas opções há potencialidades a serem explorados e desafios conceituais e analíticos a serem desdobrados. Nesse texto, evita-se essa dualização mecânica, assentada em uma lógica binária, incapaz de explicar a complexidade sociocultural da atualidade, sob a ótica espacial. O Recôncavo baiano corresponde a uma área situada no entorno da Baía de Todos os Santos, na qual se introduziu algumas atividades econômicas no período colonial, no entorno imediato de Salvador, que foi a primeira capital do Brasil. Esse contexto contribuiu para a formação de algumas nucleações urbanas não indígenas que deram origem as chamadas cidades históricas da atualidade, dentre essas, Cachoeira, São Félix, Maragogipe e Nazaré. Trata-se da região de maior concentração da população afrodescendente da Bahia. Esse recorte espacial pode ser abordado como território, no qual a questão cultural é expressiva e apresenta um conteúdo político, uma vez que a capoeira se impôs como luta e forma de resistência do povo negro no traslado histórico. O samba de roda veio a ser reconhecido como patrimônio imaterial recentemente,

enquanto que o espólio edificado de traço barroco da área urbana de Cachoeira, foi tombado como Patrimônio Nacional no ano de 1971, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. A menção ao Recôncavo pode aparecer tanto do ponto de vista do recorte analítico, sendo chamado de região, quanto da ação político-territorial, sob a ótica cultural. Os conceitos de região, território e paisagem devem ser associados e integrados e não insularizados, e, nesse contexto, a abordagem cultural tem um papel importante.

Periodicamente, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, publica uma coletânea temática chamada de Série de Estudos e Pesquisas (SEP). No ano de 2011, a SEP número 92, foi intitulada Panorama Cultural da Bahia contemporânea. A palavra panorama anda no mesmo compasso das abordagens para a questão cultural adotada pelo Ministério da Cultura e por várias secretarias estaduais de cultura no território brasileiro e procura alargar esse conceito, uma vez que seria um equívoco falar-se em cultura baiana, na medida em que nota-se uma grande diversidade sociocultural no território baiano. Nessa coletânea, traz-se à público um mapa com o seguinte título: “panorama cultural contemporâneo: Bahia – 2011”. Em primeiro lugar, todas as palavras do título são amplas e abrangentes. A palavra panorama no traz esse idéia de alargamento da dimensão do visível, como já foi dito. Sobre a questão cultural, o Ministério da Cultura e a Secretaria Estadual de Cultura do Estado da Bahia adotam atualmente a abordagem antropológica, que apresenta um alargamento, notadamente nos dois últimos decênios. A palavra contemporaneidade faz com que embarque-se para uma discussão acerca das múltiplas dimensões do tempo histórico, dos contextos e dos eventos fundadores daquilo que se convencionou chamar de contemporâneo, o que não é uma tarefa fácil. Curiosamente, recorre-se a palavras complexas e amplas para se referir a recortes regionais no território baiano. A SEI, que durante muito tempo trabalhou com o conceito de regiões econômicas, trabalha com o conceito de regiões socioculturais na citada publicação. Nesse contexto, o Recôncavo é alargado e recortado ao mesmo tempo: Recôncavo Sul, uma expressão muito usada nas proposições de regiões econômicas da Bahia e

Recôncavo Afrobarroco, que se estenderia desde do Recôncavo Sul e de Salvador até partes do Litoral Norte da Bahia. Nesse último caso, nota-se a valorização das dimensões socioculturais na proposição de recortes espaciais, no entanto, do ponto de vista sociocultural e das matrizes identitárias nota-se duas correntes: uma assentada nas múltiplas dimensões culturais e identitárias de negros e negras e outra diretamente associada a influência européia, no caso do barroco. No caso dos negros e negras, nota-se um processo de reconhecimento e valorização recente a partir da questão do patrimônio imaterial. Por outro lado, o barroco se faz presente no estoque edificado de cidades históricas do Recôncavo, como Cachoeira e São Félix.

Aproposição de um Recôncavo afrobarroco, alarga espacialmente o território do Recôncavo e o estende em direção do Litoral norte, como foi dito. Trata-se de uma proposição de recorte territorial questionável, na medida em que o alargamento espacial não se justifica pelo dinamismo histórico-cultural da região que se denomina Recôncavo baiano, que sempre correspondeu ao território sociocultural do entorno da Baía de Todos em Santos, não como um determinante ou limitante espacial de natureza fisiográfica, mas como um referencial simbólico e cultural, recorrentemente mencionado em algumas obras do consagrado escritor Jorge Amado.

A questão cultural, em muitas situações, esteve diretamente relacionada à questão econômica e política. Os antigos engenhos de açúcar, uma importante atividade econômica do Recôncavo baiano durante séculos, e alguns sobrados e casarões da elite econômica do passado, situados nas áreas urbanas, hoje são considerados patrimônios materiais reconhecidos em âmbito nacional. Ao retomar as discussões sobre a questão territorial na atualidade, Souza (2013) chama atenção para o cuidado com a “coisificação” do território, quando se deixa de analisá-lo como espaço social e político, no entanto, esse autor destaca a importância da análise do substrato espacial, da materialidade, uma vez que a leitura crítica desse conjunto edificado pode revelar as intencionalidades e estratégias dos grupos dominantes que produziram aquela modelagem. Dessa forma, entende-se que as edificações que foram produzidas por questões de

natureza política ou geopolítica no passado (a exemplo de um quartel situado em uma área litorânea) ou econômica (grandes sobrados de cidades históricas como Cachoeira) se constituem em patrimônios culturais do presente que podem ser estudados e pesquisados a partir dessa leitura geográfica integradora. Souza (2013) salienta de forma enfática que uma abordagem que coloque em primeiro plano o político não negligenciaria em hipótese alguma a dimensão cultural-simbólica. Entende-se que uma abordagem, sob a ótica cultural, a partir de uma cidade ou conjunto edificado, ao está assentada nessa perspectiva geográfica integradora, jamais irá omitir questões de natureza econômica ou política, na medida em que essas duas esferas analíticas, de forma articulada, produziram (ou transformaram) essa paisagem geográfica em análise, e essa produção, assim como a posterior transformação, aconteceram em determinados contextos culturais, cujas características podem ser reveladas através da configuração físico-arquitetônica da paisagem, dos desenhos, símbolos, pinturas, imagens e documentos escritos.

No Recôncavo baiano edificou-se imponentes igrejas católicas que expressavam o poder da religião oficial e hegemônica. Esses templos, hipervisíveis na paisagem regional, não impediram que o Recôncavo baiano se tornasse conhecido internacionalmente pela força das religiões de matriz afro-brasileira, com os cultos candomblecistas. Aliás, pelo contrário, a fusão entre as questões de matriz afro-brasileira, assentada em uma perspectiva de identidades diaspóricas, se mescla com o patrimônio edificado do colonizador europeu para configurar a denominação de Recôncavo Afro-barroco, ou seja, por trás do discurso que dar sustentação a essa proposição de regionalização, está uma visão integradora. A abordagem do Recôncavo como região cultural abarca tanto elementos, dinâmicas e formas espaciais do passado, como também aquelas do presente, associadas às práticas e manifestações socioculturais.

A atual divisão da Bahia em territórios de identidade, assim como a anterior (regiões econômicas) separa o Recôncavo baiano tradicional de Salvador e da Região Metropolitana encabeçada pela capital baiana. Todavia, os discursos assentados na chamada afro-baianidade, lastreada por questões identitárias de natureza

diaspórica, podem ser dimensionadas sob a ótica regional na área que corresponde ao Território de Identidade do Recôncavo, porém vai além desse recorte espacial instituído; abarca Salvador e o seu entorno imediato. Portanto, sob a ótica étnico-espacial e cultural, esse Recôncavo se alarga, desenhando um continuum espaço-territorial, no qual as manifestações culturais afro-baianas e afro-brasileiras formam pontos, circuitos e tramas “lugarizadas”.

Sob a ótica cultural, como se definiria o Recôncavo contemporâneo? O primeiro problema está na palavra definição, que é estanque e compartimenta uma questão é que mais abrangente e complexa, por isso, prefere-se falar em concepções sobre Recôncavo, o que abarca uma perspectiva mais alargada que leva em consideração a não petrificação ou a não perenidade espacial do edifício regional. Dessa forma, prefere-se trabalhar o Recôncavo como uma produção histórica e como um espaço social dinâmico, no qual a questão cultural, material e imaterial, se destacam de forma expressiva. É o Recôncavo território da cultura popular, espaço social de militância dos movimentos negros, de grupos e manifestações culturais com uma história sociocultural de luta pelo direito a existência. É região como espaço vivido e território de afirmação de traços identitários hibridizados.

A REVALORIZAÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL

A paisagem é um importante conceito da Ciência Geográfica que passou por um processo de desvalorização, notadamente nos anos 1970 e 1980, no contexto acadêmico, e que passou a ser revalorizada a partir dos anos 1990. Essa revalorização da paisagem ocorreu juntamente com um expressivo aumento dos estudos e pesquisas sobre a questão urbana. Quais os desafios para leitura da paisagem urbana, sob a ótica cultural, em pequenas cidades? Um caminho aqui proposto no presente texto é a análise integrada da paisagem, na qual as dimensões socioculturais, políticas e econômicas apresentam interfaces, dialogam e se interpenetram.

Na concepção de James Duncan (1990) apud Souza (2013) a paisagem pode ser entendida como uma produção cultural e

tanto pode integrar a reprodução quanto a contestação do político. Duncan nos traz a idéia de paisagem como texto, portanto algo a ser lido, interpretado e não apenas para ser visto. Talvez, um dos motivos para a desvalorização do conceito de paisagem durante décadas tenha sido a sua abordagem com fotografia estática de um determinado lugar (ou lugares) em um determinado momento. Concorde-se quando se afirma que a paisagem pode enganar; a aparência pode não revelar determinados processos e especificidades da dinâmica espacial, no entanto, há várias formas de superar esta abordagem paisagística estática, petrificada, meramente fotográfica. Um dos caminhos, muito adotado em algumas atividades de campo que eu coordeno, é partir de uma dimensão especulativa e provocadora do recorte paisagístico em debate: o que vocês vêem? Por que é assim? Quais os agentes ou sujeitos sociais produtores desse arranjo espacial? O que revelam as formas espaciais? Qual o significado dos símbolos, pinturas e imagens vistos a partir desse ponto de observação? Solicito mudança na posição para que se veja a partir de outros pontos de observação. Nessa metodologia de trabalho, procura-se analisar a paisagem a partir de uma dimensão exploratória, por isso, nem sempre o que se fala corresponde ao real. Essa leitura permite que faça várias incursões analíticas a partir do que se ver. Evidentemente que o político, o econômico e o sociocultural serão mencionados de forma solta e também integrada, por isso, que não se deve compartimentar a leitura: um determinado grupo analisa a questão política e outro a econômica, por exemplo. Esta abordagem estilizada não é recomendável.

Quando o olhar sobre a paisagem urbana passa a revelar dúvidas e incertezas sobre o arranjo espacial e sua dinâmica, acredita-se que se atingiu um dos objetivos de uma atividade de campo. É a dúvida, a incerteza, que alimentam o interesse pela pesquisa. A análise paisagística permite trabalhar com três dimensões importantes:

- a) Exploratória – que é preliminar: cada pessoa ou grupo fala o que vê o que acha daquilo que vê.

- b) Estudos sobre a paisagem: podem ser grupos de estudos ou de Pesquisa que se debrucem sobre as diferentes abordagens sobre a paisagem no contexto da Geografia contemporânea.
- c) Pesquisa: parte para um trabalho de cunho investigativo para se compreender as dimensões socioculturais, políticas e econômicas da paisagem urbana, de forma integrada e articulada.

De qual paisagem se fala? O que paisagem geográfica? O que se entende por paisagem cultural? Questões como essas podem ser debatidas em grupos de estudos. Em uma atividade de campo, pode-se trabalhar com as leituras de paisagem a partir de determinados pontos fixos, como se destacou, assim como se pode fazer um exercício de leitura itinerante dos diversos contextos paisagísticos. Alguns / algumas professores (as) solicitam que os alunos / alunas façam a descrição do itinerário casa – escola – casa. Uma boa descrição pode ser um bom caminho para uma boa análise e contextualização da paisagem geográfica, no entanto, Andreotti (2013) destaca que a descrição de uma paisagem é um dos momentos mais complexos para Geografia por ser intraduzível para cada intenção objetiva e foge a qualquer proposição universalmente holográfica, constituindo-se em um ato de dedução através da observação, envolto em uma atmosfera de subjetivismos e emoções. Esse viés fenomenológico da questão da observação e da descrição, pode ser um potencial importante a ser usado para análise das paisagens culturais urbanas e regionais.

Em uma atividade escolar, além da descrição, pode-se solicitar que os alunos representem através do desenho esses diferentes recortes paisagísticos. O que pode aparecer com mais ou menos ênfase nos desenhos e descrições pode variar de acordo com quem observa, assim como pode variar de acordo com o contexto cultural, religioso, de renda ou sua situação socioeconômica. A entrevista e os círculos de debates em grupos focais sobre as diferentes formas de leitura da paisagem no seu conjunto ou a partir de determinados lugares, podem revelar as diferentes formas de experiência.

Segundo Claval (2001) a nova abordagem cultural da Geografia, busca interrogar os homens sobre as experiências que têm daquilo que os envolve, sobre o sentido que dão a sua vida e sobre a qual a maneira pela qual modelam o ambiente e desenham paisagens para neles afirmar sua personalidade, suas convicções e suas esperanças. Na concepção desse autor, o que é fundamental para os geógrafos de inspiração humanista, não é a distribuição espacial dos fatos sociais, mas a maneira como as pessoas vivem nos lugares onde residem ou que visitam, deles extraíndo a experiência. Claval chama atenção para as especificidades “lugarizadas” da experiência humana em diferentes contextos espaciais. As paisagens, sob essa ótica, expressam as peculiaridades socioculturais de diferentes grupos (coletivo) e estão sujeitas a leitura de cada pessoa. A experiência da paisagem é coletiva (grupos culturais) e subjetiva, na medida em que a diferença está plano sociocultural. As leituras acerca da paisagem cultural podem apresentar caminhos interessantes para a análise geográfica integrada, conforme foi proposto nesse texto.

REFLEXÕES FINAIS

Rogério Haesbaert (2004 e 2010) nos chama atenção para a hibridização de conceitos e Nestor Garcia Canclini (2003) destaca de forma enfática a hibridização cultural na contemporaneidade. Os avanços nos meios de comunicação e informação, associados um incremento da circularidade humana (migrações, viagens) na contemporaneidade, fazem com que as abordagens “puristas” e “insularizadas” da questão cultural não se sustentem e sejam insuficientes para explicar a realidade atual em um plano transescalar. Como se destacou ao longo do presente texto, pode-se partir tanto de conceitos geográficos clássicos quanto das especificidades culturais locais / regionais para se debater questões de natureza político-territorial ou socioeconômica; dessa forma, a questão cultural, sob a ótica espacial, não seria um “pano de fundo” e sim um elemento estruturante na arguição analítica. É importante destacar que

cada lugar hibridiza, mescla, reinventa os elementos culturais locais, regionais e extrarregionais. Essa dinâmica se observa, sobretudo, no espaço urbano.

Além dessa abordagem geográfica integrada, partindo sobretudo dessa concepção articulada e alargada da questão cultural, chama-se atenção para o cuidado com uso de conceitos de forma estanque, mecânica e descontextualizada. Quando se fala em paisagem cultural, por exemplo, pode-se questionar: quais os agentes responsáveis pela produção desse conjunto paisagístico, partindo do conjunto edificado? Ao se debruçar sobre esse questionamento, buscando esclarecê-lo, inevitavelmente transita-se por questões de natureza política (ao se analisar templos católicos deve-se destacar a natureza política da instituição igreja) ou econômica (sobrados que representem o espólio residual dos grandes grupos econômicos de algumas cidades históricas). Daí a necessidade dessa leitura geográfica integrada e articulada, partir das questões culturais materiais e imateriais.

CULTURE AND TERRITORIAL DYNAMICS: POSSIBILITIES OF AN INTEGRATED GEOGRAPHIC ANALYSIS FROM SOME KEY CONCEPTS

ABSTRACT — *The cultural issue can be addressed and analyzed both from the material and intangible perspective. This paper aims to discuss the possibilities of an integrated geographical analysis, from the cultural issue, considered as an articulator and problem, using concepts from Geography such as a region and territory, approached from the specificities and regional context of Bahia Reconcavo and current territorial dynamism. To meet the goals, we made use of a theoretical and conceptual framework and sought to bring the text on screen, some results from observations in field activities, especially in small towns. It is believed that reading and analysis of territorial dynamics, from the cultural issue in an integrated perspective, is of great relevance for better understanding the complexity of local / regional spatial dynamics nowadays.*

KEY WORDS: *Culture. Territory. Cultural region.*

REFERÊNCIAS

AMADO, Jorge. Bahia de Todos os Santos: guia de ruas e mistérios de Salvador. - São Paulo: Companhia das Letras, 2012 [1945].

ANDRETOTTI, Giuliana. Paisagens culturais. Tradutores: Ana Paula Bellenzier ... [et al.]; revisão da tradução Giuliana Andreotti e Iria Zanoni Gomes. - Curitiba – PR: Editora UFPR, 2013.

BAHIA. Panorama cultural da Bahia. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia; Secretaria da Cultural. – Salvador: SEI, 2012. Série Estudos e Pesquisas – SEP, 92.

BRASIL. Ministério da Cultura / Câmara dos Deputados / Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Plano Nacional de Cultura: diretrizes gerais. – Brasília MINC / CGEE, 2007.

CANCLINI, Nestor Garcia. Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da Modernidade. Tradução de Heloísa Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

CASTRO, Jânio Roque Barros de. Da casa à praça pública: a espetacularização das festas juninas no espaço urbano. – Salvador: EDUFBA, 2012.

CLAVAL. Paul. O papel da nova Geografia Cultural na compreensão da ação humana. In: CORRÊA, R. L. e ROSENDHAL, Z. (Orgs.) Matrizes da Geografia Cultural. - Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. Pp. 35 – 86.

CORRÊA, R. Lobato. Região Cultural – um tema. In: CORRÊA, R. L. e ROSENDHAL, Z. (Orgs.) Espaço e cultura: Pluralidade temática. - Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008. P. 11– 43.

DUNCAN, James. The city as text: the politics of landscape interpretation in the Kandy Kingdom. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

GOMES, Paulo Cesar da C. O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

HAESBAERT, R. Território e região no desafio dos conceitos para uma política de ordenamento territorial. In: COELHO NETO, A.; SANTOS, E. M. C.; SILVA, O. A. (Orgs.). (GEO) grafias dos movimentos sociais. – Feira de Santana: UEFS Editora, 2010. P. 155 – 170.

HAESBAERT, R. Região e regionalização num mundo des-territorializado. In: FELDMAN, S. e FERNANDES, A. (Orgs.) O urbano e o regional

no Brasil contemporâneo: mutações, tensões, desafios. – Salvador: EDUFBA, 2007. P. 37 – 58.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

NORTON, W. Cultural geography. Themes, concepts, analysis. Oxford: Oxford University Press, 2000.

SOUZA, Marcelo L. de. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. – Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2013.

WAGNER, P. E. e MIKESELL, M. Temas da Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (Orgs.). Geografia Cultural: um século (1). Rio de Janeiro: EdUERJ. 2000.